

CONTADOR

Nome do Candidato _____

Inscrição _____

COMPOSIÇÃO DO CADERNO

Português	01 a 20
Administração Pública	21 a 35
Informática Básica	36 a 50
Conhecimentos Específicos	51 a 100



INSTRUÇÕES

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Prova quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência comunique ao fiscal.
- O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas e, para seu preenchimento, é permitido, somente, o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Leia atentamente cada item da prova objetiva e o julgue como VERDADEIRO ou FALSO, preenchendo na folha de resposta, conforme seu julgamento, o alvéolo referente a cada item da seguinte maneira: ●
 - Conforme Edital, de acordo com os subitens: 10.3.2 Será atribuído o valor de 1 (um) ponto para cada marcação em acordo com o gabarito oficial; 10.3.3 Será atribuído 0 (zero) ponto para cada item em branco ou com dupla marcação; 10.3.4 Será descontado o valor de 0,75 (setenta e cinco centésimos) de ponto para cada marcação em desacordo com o gabarito oficial.
- O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
- Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Prova somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
- O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Estudo que avaliou a vida de 165 mil pessoas chegou a uma conclusão surpreendente: é na velhice que estamos mais satisfeitos com nós mesmos

Quando você era jovem e achava que tinha o mundo nas mãos, talvez sua autoestima fosse boa. Mas, acredite, ela só estará no topo quando você estiver na melhor idade, aos 60. Pelo menos é o que diz um novo estudo feito por cientistas da Universidade de Berna, na Suíça. E eles garantem: esse sentimento pode permanecer no auge por uma década inteira.

Com a pesquisa, os cientistas queriam investigar a trajetória da autoestima ao longo da vida. Eles descobriram que esse sentimento começa a se elevar entre 4 e 11 anos de idade, à medida que as crianças se desenvolvem social e cognitivamente – e ganham algum senso de independência. Os níveis, então, se estabilizam à medida que a adolescência começa, dos 11 aos 15 anos.

Isso é surpreendente, pois o senso comum afirma que a auto-estima cai durante a adolescência. “Essa impressão acontece devido a mudanças na puberdade e maior ênfase na comparação social na escola”, diz Ulrich Orth, autor do estudo, mas, na prática, não é o que acontece.

Segundo os pesquisadores, a autoestima se mantém estável até a metade da adolescência. Depois disso, ela tende a aumentar significativamente até os 30 anos. Após a faixa dos 30 podem até existir oscilações, mas o sentimento de autoconfiança tende a crescer. Quando os 60 chegam, a autoestima alcança o seu auge – e permanece assim até os 70 anos.

Mas, quem tem a sorte de chegar até os 70 pode sentir sua autoestima baixar. Os pesquisadores afirmam que esse sentimento declina drasticamente dos 70 aos 90 anos. “Essa idade frequentemente envolve perda de papéis sociais e, possivelmente, viuvez, fatores que podem ameaçar a autoestima”, explica o autor. “Além disso, o envelhecimento muitas vezes leva a mudanças negativas em outras possíveis fontes de autoestima, como habilidades cognitivas e saúde.”

Toda essa análise se baseou em 191 artigos científicos sobre autoestima, que incluíam

dados de quase 165 mil pessoas. Os cientistas conseguiram, com esse estudo, apresentar uma visão bem abrangente sobre como essa auto percepção muda com a idade – por isso optaram por diferentes grupos demográficos e faixas etárias.

Na cultura de hoje, que é quase obcecada pela juventude, muitos temem o envelhecimento. Mas, segundo a pesquisa, uns aninhos a mais podem fazer bem para sua autopercepção.

Por Ingrid Luisa

access_time 24 ago 2018, 18h02

Disponível em <<https://super.abril.com.br/ciencia/saiba-em-que-idade-a-sua-autoestima-esta-no-topo-e-nao-e-aos-17/>>

Considerando o texto apresentado, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

1. A autoestima está ligada diretamente ao senso de dependência e se consolida na adolescência.
2. A autoestima se eleva entre os 4 e 11 anos, mas tende a aumentar significativamente entre a metade da adolescência até os 30 anos; aos 60, ela chega ao auge e permanece assim até os 70 anos.
3. O texto conclui desmistificando uma crença sobre a relação juventude e envelhecimento, mostrando que o estudo realizado abre outra visão sobre a ligação que a autoestima tem com a maturidade em uma sociedade obcecada pelo prolongamento da juventude.
4. No excerto “Os níveis, então, se estabilizam à medida que a adolescência começa, dos 11 aos 15 anos.”, o termo em destaque é uma locução conjuntiva que indica proporcionalidade, portanto deveria estar escrita da seguinte forma: à medida em que.
5. O texto apresenta duas grafias em “auto-estima” e “autoestima”; também apresenta duas grafias em “auto percepção” e “autopercepção”. No entanto, segundo as regras ortográficas do novo acordo, somente “autoestima” e “autopercepção” estão corretas.
6. Em “Essa idade frequentemente envolve perda de papéis sociais e, possivelmente, viuvez, fatores que podem ameaçar a autoestima.”, tem-se dois advérbios, um verbo no presente do indicativo e uma locução verbal.
7. As aspas são usadas no texto com o único objetivo de marcar citações diretas.
8. No excerto “Essa impressão acontece devido a mudanças na puberdade e maior

- ênfase na comparação social na escola.”, pela regência da expressão em destaque, ela deveria estar escrita da seguinte forma: “devida a”, pois a palavra “devido” é empregada como particípio do verbo dever.
9. Das palavras acentuadas no penúltimo parágrafo do texto (parágrafo 6), somente duas são proparoxítonas.
 10. As palavras “envelhecimento” e “drasticamente” pertencem a diferentes classes gramaticais, porém são formadas pelos mesmos processos de formação de palavras.
 11. Na primeira frase do texto, há uma expressão utilizada no sentido conotativo, indicando efeito de sentido de: ser capaz de fazer qualquer coisa.
 12. Como recurso argumentativo, o texto se refere ao fato de o estudo ter se apoiado em 191 artigos para ter probabilidade. Tal recurso, a citação de números e de quantidades, denomina-se intertextualidade.
 13. Como característica composicional do gênero ao qual pertence o texto, pode-se afirmar que o primeiro parágrafo resume suas ideias mais gerais.
 14. O terceiro parágrafo é iniciado com recurso coesivo anafórico.
 15. O último parágrafo reafirma o posicionamento da autora de que a descoberta dos cientistas é “uma conclusão surpreendente”, como explicitado no título do texto.
 16. No título do texto, há um processo de referenciação catafórica, pois a expressão “conclusão surpreendente” faz referência a algo que se localiza depois dela.
 17. No excerto “Depois disso, ela tende a aumentar significativamente até os 30 anos. Após a faixa dos 30 podem até existir oscilações...”, a palavra “anos” é omitida no segundo período. A essa figura de linguagem que omite um termo já mencionado anteriormente se atribui o nome de perífrase.
 18. No título do texto, há dois verbos funcionando como transitivos diretos: “avaliou a” e “chegou a”. Além disso, há dois verbos de ligação: “é” e “estamos”.
 19. No primeiro parágrafo, a expressão “pelo menos” é utilizada como recurso argumentativo para introduzir uma voz de autoridade para falar sobre o assunto tratado no texto. Essa voz de autoridade é o estudo realizado pela Universidade de Berna. No último parágrafo, o mesmo não

acontece, pois o recurso argumentativo presente nele é unicamente composto por julgamentos pessoais da autora.

20. No excerto “Segundo os pesquisadores, a autoestima se mantém estável até a metade da adolescência. Depois disso, ela tende a aumentar significativamente até os 30 anos. Após a faixa dos 30 podem até existir oscilações.”, o sujeito dos verbos em destaque é “autoestima”.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em relação às Comissões de Ética previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

21. Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética.
22. Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal.
23. As penas aplicáveis ao servidor público, pela Comissão de Ética, são as de censura, advertência e suspensão, sendo que sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

Considerando o que a Lei nº 8.112/1990 disciplina sobre reversão, readaptação, reintegração e recondução, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 24.** Reintegração é a investidura do servidor em cargos de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- 25.** A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.
- 26.** Reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- 27.** Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e de reintegração do anterior ocupante.

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 –, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 28.** O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente, nos termos em que dispuser o projeto de lei orçamentária anual da União.
- 29.** Para efeito da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Segundo o que dispõe a Lei nº 8.429/1992 acerca do procedimento administrativo e do processo judicial nos casos de improbidade administrativa, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 30.** O Ministério Público, se não intervir no processo judicial como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- 31.** As ações judiciais que apurem atos de improbidade administrativa admitem a transação, acordo ou conciliação entre o agente público denunciado e a Administração Pública.
- 32.** A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

O Estatuto e Regimento da UNIR traz a previsão de vários órgãos que compreendem a organização da Universidade. Nesse sentido, em relação aos órgãos acadêmicos, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 33.** Os núcleos e os campi são órgãos acadêmicos que são administrados em nível executivo pelo conselho de núcleo ou campus.
- 34.** Os departamentos são órgãos que congregam docentes e técnicos, segundo suas especialidades, sendo responsáveis, dentro da própria área do conhecimento, pelas atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação dos diversos cursos ofertados pela instituição e pelas atividades de pesquisa e extensão.
- 35.** O conselho do departamento é o órgão consultivo e deliberativo do departamento.

O computador eletrônico é uma coleção de componentes interligados com o objetivo de processar grandes quantidades de dados. Em relação a Periféricos de computadores, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

36. São exemplos de componentes de entrada, os periféricos teclado, scanner, mouse, câmeras de vídeo e sensores de movimento.
37. Os dados inseridos em um computador podem ser armazenados no componente memória secundária ou processados no componente memória principal, mais precisamente na memória ROM (Read Only Memory – Memória Somente de Leitura).
38. A memória secundária, também conhecida como memória de massa, tem por finalidade armazenar dados a longo prazo, pois os dados armazenados, nesse tipo de memória, são preservados mesmo quando o computador estiver desligado.

Os componentes eletrônicos de um computador podem trabalhar em diferentes níveis de processamento. Em relação a Conceitos básicos de Hardware, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

39. O microprocessador, também conhecido como processador, é um dispositivo lógico programável que efetua as operações de cálculos matemáticos e de tomadas de decisão em um computador, não importando seu tamanho. Ele também é chamado de CPU (Central Processing Unit, ou seja, unidade central de processamento).
40. Gbyte (GB) – Definição da quantidade de caracteres a ser utilizada e armazenada em memórias principal e secundária. 1 Gbyte (gigabyte) equivale a 1.024 bytes.

O programa de processamento de textos do pacote de aplicativos Microsoft Office é denominado Word. Em relação à Ferramenta de Texto, Word, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

41. Na faixa de opções Navegação, encontram-se as opções de movimentação e posicionamento nas seções de cabeçalhos ou rodapés existentes em um documento.
42. Na parte superior da tela, encontra-se a Barra de status que apresenta, do

lado esquerdo, o número de páginas do documento de texto, o número de palavras escritas no texto e o idioma de dicionário em uso. Do lado direito, encontram-se os botões do modo de visualização do texto em uso e, também, o botão de alteração do tamanho da visualização do documento.

43. Na caixa de diálogo Tabulação, é possível estabelecer alguns detalhes de tabulação, tais como: Posição da parada de tabulação; Tabulação padrão; Alinhamento; e Preenchimento.

O Microsoft Excel pode auxiliar gestores na análise e visualização de dados. Em relação ao Excel, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

44. As operações matemáticas que envolvem radiciação devem usar o operador de exponenciação, cuja base deve ser elevada ao inverso do índice da raiz. Por exemplo, calcular a raiz cúbica de 4, cuja fórmula seria: $= 4^{1/3}$.
45. Para se manter a referência de uma célula, a célula B3, por exemplo, é possível travar a célula. Para travar uma célula, usa-se o caractere \$ antes da letra e do número: \$B\$3.
46. No Microsoft Excel, abaixo da barra de menu com a faixa de opções, encontra-se uma Área com informação de acesso que possui, do lado esquerdo, a Caixa de Nome, com a indicação da célula em que o cursor está posicionado; do seu lado direito, o botão Inserir Função; e, até o lado extremo direito, a Barra de fórmulas.

Na área da computação, o termo vírus é usado como sinônimo para descrever programas criados para ocasionar danos a um computador. Em relação a Vírus, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

47. Os vírus não podem se espalhar por "vontade própria", pois, para que ocorra sua infecção e disseminação no computador, é preciso que alguém os execute, mesmo que, inadvertidamente, em um computador. Isso ocorre com a abertura de arquivos ou a execução de programas que já estejam infectados. Muitos vírus são transmitidos por anexos de e-mail. Um vírus é ativado quando o arquivo anexo infectado é executado ou aberto com um duplo clique do ponteiro do mouse.

48. Normalmente, um computador infectado pode apresentar comportamentos indesejados. O envio de mensagens aleatórias por e-mail ou pelo programa Messenger é um exemplo disso.

Alguns vírus são transmitidos por meio de programas baixados da própria Internet. Em relação à Segurança na Internet, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

49. Quando o vírus não pode ser removido, os programas antivírus podem colocar o arquivo contaminado em quarentena e transmitir para a empresa desenvolvedora a informação para que uma vacina seja desenvolvida.
50. Se necessário, é possível desativar ou ativar o Firewall do Windows. Esse recurso deve ser desativado toda vez que for realizado um compartilhamento de arquivos maior que 256 Kbytes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Em relação à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

51. O poder de fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é outorgado aos órgãos coletivos de cada Câmara do Congresso Nacional, no plano federal.
52. A ação administrativa do Poder Legislativo é outorgada pelo Congresso Nacional, no plano federal, e da Assembleia Legislativa, no dos Estados.
53. A fiscalização legislativa é outorgada aos órgãos da Câmara de Vereadores e sempre aos seus membros individualmente.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Em relação à fiscalização contábil, financeira e

orçamentária, referente ao que compete ao Tribunal de Contas da União, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

54. Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
55. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
56. Fiscalizar as contas internacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
57. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
58. Comunicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

Na Auditoria Contábil, há procedimentos e rotinas que devem ser seguidos para o bom desenvolvimento do trabalho de auditoria. Em relação aos objetivos do auditor contábil, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

59. Obter evidência de auditoria apropriada e suficiente no que se refere à conformidade com as disposições das leis e regulamentos geralmente reconhecidos por ter efeito direto na determinação dos valores e divulgações relevantes nas demonstrações contábeis.
60. Avaliar processos de auditoria específicos para ajudar a identificar casos de não conformidade com outras leis e regulamentos que possam ter efeito irrelevante sobre as demonstrações contábeis.
61. Responder adequadamente à não conformidade ou suspeita de não

conformidade com leis e regulamentos identificados durante a auditoria.

Para a NBC TA – de auditoria independente, a não conformidade são atos de omissão ou cometimento pela entidade, intencionais ou não, que são contrários às leis ou regulamentos vigentes. Com base no exposto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 62.** Se o auditor tomar conhecimento de informações referentes a um caso de não conformidade ou a suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, ele deve obter o entendimento da natureza do ato e das circunstâncias em que esse ato ocorreu.
- 63.** Se o auditor tomar conhecimento de informações referentes a um caso de não conformidade ou a suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, ele deve obter informações adicionais para avaliar o possível efeito sobre as demonstrações contábeis.

A contabilidade aplicada ao setor público apresenta objetivos. Considerando os objetivos da Contabilidade no Setor Público, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 64.** A contabilidade tem como objetivo fornecer informações aos diversos usuários demonstrando a situação patrimonial empresarial das receitas e despesas, não admitindo que a entidade gere prejuízo aos cofres públicos.
- 65.** A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária. O art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadadas; e II – as despesas nele legalmente empenhadas. Considerando o que é apresentado no Art. 35, da Lei nº 4.320/1964, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

66. O Art. 35 refere-se ao Regime Orçamentário.

67. O Art. 35 refere-se ao Regime Contábil.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Considerando essa afirmação, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 68.** O Quadro Complementar e o Diagnóstico Suplementar compõem o Balanço Orçamentário.
- 69.** O Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados compõe o Balanço Orçamentário.
- 70.** O Quadro Suplementar dos Restos a Pagar Processados faz parte do Balanço Patrimonial.

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. Diante do exposto, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 71.** A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, são demonstradas pelo Balanço Financeiro.
- 72.** O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- 73.** As transações pagas e recebidas, destacando os aportes de recursos para o RPPS, são movimentações evidenciadas pelo Balanço Financeiro.
- 74.** O Balanço Financeiro evidencia o saldo em espécie do exercício seguinte para ser utilizado no exercício anterior.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais. Referente à composição do Balanço Patrimonial da entidade pública, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 75.** O Quadro Principal é um elemento que compõe o Balanço Patrimonial da entidade pública.

- 76.** No Balanço Patrimonial da entidade pública, o Quadro do Lucro/Prejuízo Financeiro é parte integrante.
- 77.** O quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes compõe o Balanço Patrimonial da entidade pública.
- 78.** No Balanço Patrimonial da entidade pública, o Quadro das Contas de Compensação (controle) é um elemento componente.

A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Em seu Art. 11, no capítulo que trata da Receita, afirma-se que a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Em relação à classificação das receitas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 79.** São Receitas Correntes: os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- 80.** As receitas derivadas da efetivação de recursos financeiros procedentes de composição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos classificam-se como sendo Receitas de Capital.
- 81.** As Receitas de Capital são aquelas que vêm de recursos financeiros doados de outras pessoas físicas ou jurídicas, sendo de direito público ou privado quando destinadas a atender, especificamente, as despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- 82.** Todas as receitas originárias de impostos, taxas, contribuição de melhorias e empréstimos compulsórios são classificadas como categoria econômica de Receitas Correntes.

Considerando a Lei nº4.320/64, em seu Art. 12, no capítulo que trata da Despesa, afirma-se que a despesa classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. Em relação à classificação das despesas, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 83.** Dentro da categoria econômica da Despesa, tem-se a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, e o Material de Consumo está dentro da classificação econômica como Despesas de Capital.
- 84.** Pode-se classificar as Despesas de Concessão de Empréstimos, dentro da categoria econômica, como Despesas Correntes.
- 85.** As Despesas de Custeio e Transferências Correntes têm classificação econômica como Despesas Correntes.
- 86.** Na classificação econômica de despesa como Despesas de Capital, há os Investimentos; as Inversões Financeiras e as Transferências de Capital.

Dentro do Planejamento e Orçamento Público, existem os Princípios Orçamentários que estabelecem diretrizes para a eficiência e transparência nos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. A respeito dos Princípios Orçamentários, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

- 87.** O Princípio da Universalidade determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- 88.** O Princípio da Universalidade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- 89.** O Princípio da Unidade ou Totalidade delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na Lei Orçamentária Anual (LOA) irão se referir.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) foi estruturada, no Brasil, com foco no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira. No entanto, a evolução da ciência contábil impulsionou relevantes mudanças na CASP. Na busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público, tornou-se imprescindível a elaboração de um Plano

de Contas com abrangência nacional. Com referência ao conceito de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

90. Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

A partir de 2015, a consolidação nacional das contas públicas passou a ser realizada seguindo o novo padrão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Em relação aos objetivos do PCASP, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

91. Permitir a padronização internacional das contas públicas.
92. Padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
93. Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
94. Permitir a realização de custos para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal para todos os níveis da Administração. Em relação aos principais objetivos do SIAFI, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

95. O SIAFI tem função de agilizar a programação financeira, com finalidade de otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional.
96. O registro contábil dos balancetes das esferas estaduais e municipais e de suas supervisionadas é realizado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
97. Após o uso dos recursos públicos, o acompanhamento e a avaliação são feitos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Essas receitas, após o transcurso do prazo para pagamento, serão inscritas, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa. Em relação à Receita da Dívida Ativa, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, os itens a seguir.

98. A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita no Tribunal de Contas da União.
99. Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, em relação à abrangência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

100. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

RASCUNHO
